

Um imposto provisório com cara de permanente

CPMF não trouxe recursos adicionais para a saúde, pois o Governo reduziu outras fontes

• BRASÍLIA. Criada para ser uma contribuição provisória e salvar a saúde, a CPMF tem cada vez mais cara de imposto permanente. O imposto temporário — 0,20% sobre o valor dos cheques emitidos no país — já foi prorrogado uma vez e deverá continuar valendo em 99 ou até o ano 2000. Apesar do sacrifício dos correntistas para ajudar a saúde, nem tudo o que é arrecadado vai para o setor. Em 97, dos quase R\$ 7 bilhões, 20% foram para o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Além disso, o CPMF não representou recursos adicionais para a saúde, pois foram reduzidas outras fontes.

Os recursos da CPMF repassados ao ministério estão sendo usados quase integralmente para pagar hospitais e a dívida com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Dos R\$ 6,6 bilhões repassados em 97, quase R\$ 6,5 bilhões foram aplicados no pagamento de consultas, internações e da dívida do FAT. O programa de combate à dengue recebeu só R\$ 64 milhões e o programa do leite R\$ 7,6 milhões. O repasse para obras de saneamento básico, prioritárias para o combate ao

Aedes aegypti foi zero. Nos primeiros três meses deste ano, o Tesouro repassou R\$ 1,7 bilhão ao ministério. Todo o dinheiro foi usado no pagamento dos serviços prestados pelos hospitais públicos e conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Até o fim de março, nada tinha sido aplicado nos programas de combate a endemias, na compra de medicamentos ou em obras de saneamento básico. Além disso, o Tesouro está retendo 20% da arrecadação da CPMF para o FEF.

Levantamento do ministério mostra que a cobrança da CPMF permitiu em 97 o pagamento de 3,3 milhões de internações hospitalares, de 313 milhões de procedimentos ambulatoriais, o combate à dengue em 446 municípios e sete estados, além do pagamento das dívidas com o FAT e a aquisição de medicamentos. O ministério diz que não é possível investir mais dinheiro da CPMF nos programas mais importantes, como o combate às endemias, porque boa parte da sua arrecadação está comprometida com dívidas assumidas na gestão do ex-ministro Adib Jatene e que têm de ser quitadas.